



AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PERNAMBUCO E O AVANÇO PROMOVIDO NOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DO ENSINO MÉDIO NO CENÁRIO NACIONAL

Joseane Fátima de Almeida Araújo ¹
Isaías Júlio de Oliveira ²

RESUMO

O estudo aqui desenvolvido traz como objetivo central apresentar as políticas públicas voltadas para o ensino médio através da relação estabelecida pela implantação da educação integral nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco por meio das escolas que atuam com a educação em tempo integral. Para tanto, trabalhamos com as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil aos longo desses anos iniciais do século XXI e que refletiram na criação e consolidação dessas políticas em Pernambuco. O estudo ora apresentado faz parte de uma pesquisa em andamento com enfoque qualitativo e, por isso não possui conclusões definitivas. Por fim, até o momento, podemos concluir a partir das discussões levantadas acerca da educação fornecida nas escolas de tempo integral pelos professores e autoridades entrevistadas que a escola não está preparando adequadamente os estudantes para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, mas que, por outro lado, representa um avanço na melhoria da oferta de ensino a esses mesmos estudantes, através de uma formação cidadã, pois a cada ano que passa, podemos observar mais e mais estudantes advindos dessas escolas ingressarem nas universidades nacionais através do ENEM, o que demonstra que essas escolas conseguem despertar nos estudantes a possibilidade de continuidade dos estudos, além de manter o Estado de Pernambuco nos primeiros lugares no ranking da oferta de qualidade da educação no ensino médio com grande contribuição dessas escolas no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nas três últimas edições do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais, Educação em Tempo Integral, Educação Profissional, Índices Educacionais.

INTRODUÇÃO

Esse estudo traz uma discussão sobre os níveis da educação em Pernambuco desenvolvidas no ensino médio de forma integral e técnica. E esse tipo de estrutura surgiu a partir do olhar local acerca do crescimento econômico ocorrido nos últimos anos no estado (especialmente na região de Suape/PE) que por sua vez não foi acompanhado pela qualificação da população local para a demanda desse novo mercado promissor. A partir

¹ Doutoranda em Humanidades e Artes com ênfase em Ciências da Educação da Universidad Nacional de Rosario – Argentina, joseanefalmeida@gmail.com;

² Doutorando pelo Curso de Educação da Universidade Federal de Rio Grande do Norte – RN, isaias-matematica@hotmail.com.



dessa análise do contexto histórico, nasceu as preocupações com as respostas adquiridas pelas autoridades locais através das políticas públicas educacionais para o ensino médio técnico e integral, o que nos orientou a desenvolver essa investigação. Buscamos estudos no Brasil que explicassem essa dualidade histórica no campo educacional (ensino integral *versus* ensino técnico) que é acima de tudo um motivo para grandes discussões no que se refere as leis educacionais e as práticas por elas direcionadas, pois não há um discurso que se desenvolva num nível homogêneo e amplo pelos estudiosos dessa área, motivo este que gera grande polêmica, especialmente quando vivenciamos por parte do governo federal uma tentativa de reforma do ensino médio proposta pelo ministério da educação que propõe a construção de um Novo Ensino Médio abrangendo essas duas áreas de ensino através de uma reforma do currículo na educação básica e que ainda não pudemos perceber na prática os efeitos dessa proposta.

Historicamente podemos dizer acerca dessas duas modalidades educacionais – educação básica *versus* educação profissional - no Brasil, que elas são analisadas por muitos estudiosos que apontam suas deficiências. Kuenzer (2000) afirma que, mesmo com a generalização da modalidade do ensino médio, caracterizada como educação para a vida (LDB/1996), ainda, há a necessidade de uma maior qualificação para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. A LDB nº 9.394/96 em seu artigo 2º, esclarece que o ensino médio no Brasil tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, bem como o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Essa legislação aliada as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), levantam a possibilidade de formação para o mercado de trabalho, além da criação de um currículo unificado nas escolas profissionalizantes, além de delimitarem as áreas de atuação tanto da escola básica quanto das escolas profissionalizantes, que atualmente ocupam papéis distintos.

Diante do exposto através desses instrumentos legais, percebemos que são necessárias políticas públicas para preparação adequada dos jovens a essas novas exigências oriundas do novo perfil de jovem letrado e preparado para o ingresso no mercado de trabalho atual. Diante dessa realidade, Frigotto (2007, p. 1144) aponta que se faz necessário no Brasil uma política educacional que una os dois lados da educação que hoje se fazem antagônicas (educação básica e educação profissional), para que a educação de fato cumpra seu papel de formar um cidadão completo, preparado para a vida e para o trabalho:



Para o estabelecimento de um vínculo mais orgânico entre a universalização da educação básica e a formação técnico-profissional, implica resgatar a educação básica (fundamental e média) pública, gratuita, laica e universal na sua concepção unitária e politécnica, ou tecnológica. Portanto, uma educação não-dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania e democracia efetivas (FRIGOTTO, 2007, p. 1144).

Em Pernambuco, a partir dos anos 2000 ocorreu uma preocupação do governo do estado em promover uma educação pública no ensino médio, baseada nos princípios apresentados por Frigotto (2007), tendo o novo padrão de formação imposto internacionalmente sido desenvolvido por meio da criação de políticas públicas que visam um melhor desempenho dos estudantes em relação a essa realidade socioeconômica da educação e da formação para o trabalho, sendo implantadas essas reformas através da Lei Complementar nº 364 de 30 de junho de 2017, onde a educação passa a ser oferecida no ensino médio além da modalidade regular já existente - e que ainda permanece – em outros formatos, sendo eles:

- a) **Educação Profissional:** ofertada nas Escolas Técnicas Estaduais, também conhecidas como ETEs, sendo hoje em Pernambuco, uma ampla rede de instituições que oferecem educação profissional gratuita em diversas habilitações. Essas escolas, nos últimos anos, a partir da demanda crescente por mão de obra especializada no estado, vem trazendo novas oportunidades para a educação técnica de forma pública e gratuita. O que fez com que ano a ano fossem instauradas novas unidades educacionais em regiões estratégicas do estado. Atualmente a Rede Estadual de Ensino possui 45 escolas técnicas sob a jurisdição do governo estadual.
- b) **Educação Integral:** tornou-se uma Política Pública de Estado desde 2008 e as escolas que fazem parte dessa política são denominadas Escolas de Referência em Ensino Médio, sendo também conhecidas como EREMs. Esse modelo de educação ofertada é fundamentado na concepção da educação interdimensional, que visa à formação do indivíduo em sua inteireza, dentro desse princípio são compreendidas suas experiências educativas, culturais, sociais, artísticas e esportivas. Essas escolas são consideradas um espaço privilegiado do exercício da cidadania e do protagonismo juvenil como estratégia imprescindível para a formação do jovem autônomo, competente, solidário e produtivo – modelo esse agora pretendido pelo governo federal através da proposta de reforma do



ensino médio. Desse modo, os jovens ao concluir o ensino médio nas escolas de Educação Integral, deverão estar mais qualificado para a continuidade da vida acadêmica, da formação profissional ou para o mundo do trabalho. Atualmente no estado possuímos 393 escolas com esse modelo (integral e semi-integral). Essa política pública elevou o estado de Pernambuco aos primeiros lugares no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) desde 2015 até a presente data, o que demonstra que um investimento bem direcionado na educação pública, pode e deve promover o desenvolvimento educacional dos jovens das camadas populares, especialmente no ensino médio como vem ocorrendo no estado e que são constatados nos índices educacionais tanto nacional (IDEB) – esse ocorre a cada dois anos -, quanto local chamado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de Pernambuco (IDEPE) – que ocorre anualmente.

METODOLOGIA

Em relação à Metodologia foram adotados elementos que se alinham com a abordagem com a abordagem qualitativa através de entrevistas realizadas com docente das Escolas em tempo integral e autoridades educacionais ligadas a Secretaria de Educação E Esportes do Estado e Gerência Regional da Educação (GRE).

Essa investigação foi realizada em quatro escolas da rede estadual de ensino em Pernambuco, localizadas nos municípios do Cabo de Santo Agostinho e de Ipojuca/PE, sendo elas duas ETEs e duas EREMs. As escolas foram classificadas como ETE1 e ETE2, EREM1 e EREM2, preservando assim, a identidade dos participantes da investigação, de acordo com o que coloca a lei 196/96 do Conselho de Ética em Investigação, que envolve seres humanos. Justifica-se o Locus a partir das cidades escolhidas por representarem atualmente um local de grande demanda de mão-de-obra, por fazerem parte do complexo industrial de Suape³. Para a realização desse estudo participaram 20 professores, sendo cinco de cada uma das unidades de ensino estudadas e duas autoridades, sendo uma delas pertencente a Secretaria Estadual de Educação e a outra pertencente a Gerência Regional de Educação.

Fizemos uso de entrevistas semiestruturadas, que segundo Severino (2007, p. 124), se constituem em uma “técnica de coleta de informações sobre um determinado assunto, diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados”. Para ele, essa técnica promove uma

³ Localizado no Litoral Sul do estado de Pernambuco, no Nordeste do Brasil, o Complexo Industrial Portuário de Suape é um dos melhores ambientes de negócio do país e um dos principais portos públicos brasileiro. Fonte: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/>.



interação entre o pesquisador e o pesquisado. Afirma ainda, que ela é muito utilizada nas pesquisas da área das ciências humanas, pois o pesquisador busca apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. Fizemos a opção por esse tipo de entrevista por se constituir no caso dessa investigação a mais apropriada, já que trabalhamos com docente e autoridades ligadas à área de educação, o que nos propiciou a partir dessa técnica uma maior apreensão do tema abordado nas entrevistas que foram realizadas.

Dentro dos instrumentos de análises para as entrevistas realizadas, fizemos uso da Análise do Discurso (AD), pois para a concretude desse estudo, esse instrumento fez-se necessário, já que ela nos abre um “leque” de oportunidades para a observação do material que foi coletado, sua análise e também as conclusões que poderão ser tiradas quando do seu término. Porém, não devemos esquecer do alerta que nos foi dado por Caregnato & Mutti (2006, p. 682) que “o analista é um intérprete, pois faz uma leitura também discursiva influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências vivenciadas; nesse sentido, a interpretação nunca será absoluta e única, portanto esta também produzirá seu sentido”, bem como o que Orlandi (2010, p. 39) afirma, que “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Onde, não há desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso, pois um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis”. Diante das afirmações desses estudiosos, buscamos em nosso estudo enfatizar o dito e o não dito para entendermos a partir daí qual a visão dada pelos entrevistados à temática da investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo ora apresentado nos aponta um panorama das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo do Estado de Pernambuco no que se refere ao ensino médio e a educação em tempo integral, analisamos depoimentos coletados a partir das autoridades responsáveis pela educação desenvolvidas nas escolas que fazem parte da área do Complexo Industrial de Suape/PE/Brasil, além de professores pertencentes a essas instituições. Esses depoimentos coletados dessas autoridades foram denominados de AED, que significa Autoridade de Educação, seguido também da letra “E” que significa Entrevistado e por um número arábico para facilitar a identificação dos mesmos. Os professores por sua vez, são representados pelas siglas ETE ou EREM – equivalente ao tipo de escola - seguido por um número arábico que indica a escola investigada, já que foram duas de cada tipo, além, da letra



“P”, que significa Professor, seguido também por um número arábico para facilitar a identificação dos mesmos e com isso, garantir o anonimato dos mesmos na investigação.

Percebemos através dos discursos apresentados pelos entrevistados acerca das Políticas públicas de educação em tempo integral que em relação ao ensino profissional e a preparação para o trabalho ainda são necessárias novas ações para que elas de fato atinjam seus objetivos junto aos estudantes, mesmo recebendo por parte dos participantes dessa investigação uma avaliação positiva como foi a afirmação apontada pela entrevistada ETE2 (P7) “... eu acho que a proposta de educação profissional em tempo integral é uma boa oportunidade pra esses alunos adquirir não só uma formação básica mais também a nível médio Técnico, aí eles tem a oportunidade de conhecer já o campo de área que ele possa exercer de forma imediata ou futuramente a profissão proposta pelo curso no sentido de poder aprimorar depois os seus conhecimentos e assim exercer com mais segurança e decidir a área que quer seguir. Então a educação profissional integral dá essa oportunidade que eles levem o conhecimento para no futuro ele decidir até melhor a profissão que vai seguir...”. Para ETE1 (P4), a maior desvantagem do ensino técnico nos cursos oferecidos pelas escolas técnicas estaduais é a ausência dos estágios pois, segundo ele “deveria se ter também estágios nessas áreas técnicas, já que estamos falando aqui de uma escola técnica e na prática isso quase inexistente, então não sei se seria o suficiente para atender essas demandas do mercado, embora que tenhamos um ensino de qualidade mesmo com as condições insuficientes”.

Por outro lado, quando passamos a estudar as escolas de referência em tempo integral, podemos perceber que a avaliação recebida pelos entrevistados, no que se refere a esse tipo de escolas são muito positivas, pois, segundo o entrevistado EREM1 (P2) “é uma proposta positiva, é uma proposta que ela vem agregar muito ao estudante quanto ao preenchimento de tempo, de carga horária, e, também o contato com a formação... você aprende a viver em comunidade, que pra mim também é importante, você aprender a viver em conjunto e a viver com as diferenças...”, nesse sentido, complementa EREM1 (P3) “Os estudantes aprendem não só a questão acadêmica, mais a questão do ser mesmo de como ser cidadão, como se portar, como um todo, então acho que foi muito viável esse processo, acho que foi muito bom, eu acho que vale apena...”.

Para as autoridades educacionais participantes da investigação, essa avaliação positiva apontada pelos professores entrevistados nas escolas que oferecem a educação integral se dá de acordo com as opções pedagógicas elegidas por essa política pública desenvolvida pelo Governo do Estado, logo, a entrevistada AED (E1) afirma que, “a potência dessa, das duas



formas de escolas, possamos assim dizer é justamente agregar a formação do estudante, competências para além do cognitivo, para além do propedêutico, a gente consegue trazer essa visão ou pelo menos esse é o esforço que é feito de que o tempo integral ele seja visto como uma estratégia para materializar uma educação integral pautada no protagonismo juvenil, no projeto de vida e no exercício da pedagogia da presença”.

A filosofia empregada nessas escolas como foi apontada por AED (E1), reflete-se diretamente nos índices educacionais do ensino médio estadual no cenário nacional. Diante desse fato, nas escolas estudadas, EREM2 (P10) afirma que, “Os principais avanços foram a demanda que era atingir índices educativos, e o integral sempre conseguiu se sobressair, tanto que os últimos números apontam que os integrais tem acompanhado de fato o nível das escolas técnicas”. Esses números são apontados por Dutra (2020, p. 72) – que ocupou o cargo de Secretário Executivo de Educação Integral e Profissional do Estado de Pernambuco desde sua criação em 2008 até o ano de 2018, sendo assim, o responsável pela implantação, ampliação e consolidação dessa política pública nessa rede de escolas -, para ele, a melhoria da educação oferecida nessas escolas pode ser comprovada através dos:

[...] resultados obtidos em nível nacional comprovam que a Política Pública de Educação Integral têm contribuído para a conquista de avanços significativos, na avaliação do SAEB, por exemplo, o estado passou da 21ª posição em 2007 para a 1ª posição em 2015, também no resultado da última avaliação realizada em 2017, o estado alcançou o índice 4,0, continuando crescendo e se mantendo entre as primeiras colocações no ranking nacional (DUTRA, 2020, p. 72).

Esses números nos apresentam indícios suficientes para perceber que as escolas em tempo integral e a filosofia empregada nelas tem grande responsabilidade nesses avanços, fator esse também comprovado recentemente nos números divulgados pelo Ministério da Educação referente ao ano de 2019, que demonstrou através da análise dos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) decorrentes da última análise do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nesse levantamento podemos perceber, particularmente, um grande avanço de Pernambuco no Ensino Médio, com a rede estadual de educação alcançando a média de 4,5, superando até mesmo a meta estabelecida pelo MEC, que era de 4,3. Em reportagem apresentada no site do diário de Pernambuco na edição de 15



de setembro de 2020⁴, podemos avaliar os efeitos positivos da política de educação em tempo integral desenvolvida nas escolas públicas estaduais de Pernambuco, pois a referida matéria afirma “é importante enfatizar que Pernambuco vem registrando crescimento contínuo desde 2007, num índice de aproximadamente 67%. Além disso, foi o único Estado a atingir a meta estabelecida pelo MEC em todos os anos”. Acrescenta ainda:

De fato, o crescimento gradativo de Pernambuco em todas as edições do Ideb está associado ao fato de o Estado possuir a maior rede de ensino integral do País no Ensino Médio. Atualmente, são 438 escolas que ofertam esta modalidade, totalizando 62% das matrículas de estudantes que acessaram o Ensino Médio. O índice supera a meta do Plano Nacional de Educação, prevista para o ano de 2024. Ainda no contexto do Ensino Médio, Pernambuco também se destaca por possuir a maior taxa de aprovação nesta etapa (93,6%) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2020).

Por fim, trazemos a discussão o dualismo acerca da educação básica e da educação profissional que também ocorre dentro das escolas investigadas, pois mesmo fazendo parte de uma política de governo direcionada a educação integral, ainda carrega a preocupação com a questão econômica e a nova ótica do mercado globalizado quando apresenta no caso das escolas técnicas estaduais a preocupação com a formação para atender o mercado de trabalho, nesse sentido, Ferretti, Silva Jr & Oliveira (1999, p. 160) nos fazem a seguinte constatação:

(...) No âmbito da vida social, a educação (inclusive a escolar) mesmo que não se proponha explicitamente a formação para o trabalho, traz valiosas contribuições para várias dimensões da vida, inclusive a dimensão econômica. Independentemente dos fins a que a educação se proponha em uma dada sociedade (e particularmente a educação escolar), os indivíduos educados que resultam de diversas ações educativas (realizadas pela família, pela igreja, pela escola, etc.) vão se inserir, de alguma forma, na vida econômica e aí exercerão as capacidades desenvolvidas através dessas ações, seja na esfera da produção (nas suas mais variadas formas) ou na da circulação. É inquestionável, desse ponto de vista, que a educação contribui para a vida econômica (FERRETTI, SILVA JR & OLIVEIRA, 1999, p. 160).

⁴ Fonte: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2020/09/ideb-confirma-pe-com-maior-avanco-do-pais-na-educacao-ao-longo-dos-ano.html>.



Percebemos a partir das discussões levantadas que é através da educação que o homem se torna sujeito ativo ou passivo na sociedade, porém, o papel ocupado pela educação na sociedade precisa ser resgatado em sua plenitude como vem ocorrendo nas escolas em tempo integral da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, pois não pode e não deve ser reduzida apenas aos interesses econômicos, mas exercida para a formação humana cidadã, como muito bem afirmava Paulo Freire (1997), “É preciso plantar a semente da educação para colher os frutos da cidadania”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo ora apresentado através das políticas públicas de educação desenvolvidas em Pernambuco a partir de 2007 no ensino médio, nos aponta que a educação não deve ser limitada apenas a valores pautados em práticas separatistas de educação tal e qual as desenvolvidas no Brasil nos anos de 1990, onde prevalecia no cenário educacional a dualidade Educação Básica *versus* Educação Profissional. Na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, nos anos 2000, surgiram práticas desenvolvidas através da educação em tempo integral que ia além dessa dualidade, trazendo para o cenário pernambuco através das Escolas de Referência em Tempo Integral (EREMs) e Escolas Técnicas Estaduais (ETEs) uma formação cidadã para seus estudantes, indo assim, além do academicismo e da dualidade no ensino médio outrora existentes.

Essa iniciativa pudemos perceber que trouxe um maior desenvolvimento educacional ao estado, além de fazê-lo destacar-se nas avaliações de grande escala a nível nacional, bem como a nível estadual como pudemos perceber nos índices obtidos pelo Estado nas três últimas edições do SAEB. Nesse sentido, torna-se claro, através do estudo apresentado que investimentos sérios em educação podem e devem promover aos estudantes possibilidades de um futuro promissor através de uma educação omnilateral e não apenas uma educação voltada para o ingresso e permanência no mercado de trabalho através da formação de mão de obra qualificado para tal fim. O importante é também preocupar-se com a formação cidadã, como vem ocorrendo em Pernambuco através Pedagogia da Presença de Antônio Carlos Gomes da Costa, filosofia esta utilizada nas escolas integrais de Pernambuco, além da educação interdimensional.

Percebemos também que, para tal êxito, faz-se necessário políticas educacionais que carreguem como prioridade a diminuição das desigualdades para as classes populares, o que



de fato irá representar um avanço no cenário educacional brasileiro. Nesse sentido, torna-se também necessário que novas políticas sejam desenvolvidas, no Brasil está em andamento uma reforma do ensino médio, quem sabe esta não consiga minimizar o impacto dessas desigualdades e promover novas oportunidades de formação aos jovens brasileiros?

Por fim, entendemos que precisamos de fato não apenas discutir se esse ou aquele tipo de educação ofertado no país ou em algum estado isolado – como é o caso desse estudo de Pernambuco -, é válido ou importante, mas sim, investir em políticas públicas que tragam a educação como prioridade, para que com isso, todos ganhem, pois a educação é a base para o desenvolvimento dos cidadãos que dela fazem uso, e esses por sua vez, conseguirão através dessa nova realidade conquistada, vivenciar os rumos de uma nação com uma educação ampla e irrestrita de base crítica e reflexiva fazendo assim, com que os estudantes se tornem sujeitos críticos e com oportunidades de continuidade dos estudos e de ingresso no mercado de trabalho com as competências que lhe são exigidas para tal fim, além de conscientes para lutar e buscar por seus direitos. Nossa intenção ao levantar essas possibilidades, não é esgotar o tema da educação em tempo integral desenvolvido através de políticas públicas educacionais de estado, mas lançar as bases para que novas discussões sejam levantadas e apresentadas para o enriquecimento do cenário educacional no país.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joseane Fátima de Almeida. **Educação, Qualificação Profissional e Mercado de Trabalho: estudo sobre os impactos na educação da expansão econômica do complexo industrial de Suape/PE/Brasil**. 2013. 77f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias: Lisboa, Portugal, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)**. 2000. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm).

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino & MUTTI, Regina. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso *versus* Análise de Conteúdo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 679-84. (Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>).

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. Educação Profissional e Integral no Estado de Pernambuco: formas distintas de ofertas. In: **Revista Brasileira de Ensino Médio**. Ipojuca (PE), Brasil, vol. 3, p. 60-73. ISSN: 2595-816X. Disponível:



<https://phprbraem.com.br/ojs/index.php/RBRAEM/article/view/40/26>. Acesso em: 02 de ago. 2020.

FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis & OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática pedagógica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica”. In: **Revista Educação & Sociedade**, vol. 28, nº 100, Campinas, Oct. 2007. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2328100.pdf>).

KUENZER, Acácia Zenaide. O ensino médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito. In: **Revista Educação & Sociedade**, vol. 21, nº 70. Campinas, Apr. 2000. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n70/a03v2170.pdf>).

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso. Princípios e Procedimentos.** Campinas, SP: Pontes, 2010.

PERNAMBUCO. Lei Complementar 125, de 10 de julho de 2008. Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5148&tipo=TEXTTOORIGINAL>. Acesso em: 12/09/2019.

_____. Lei Complementar 364, de 30 de junho de 2017. Altera a Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que cria o Programa de Educação Integral. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/dadosReferenciais.aspx?id=28672>. Acesso em 30/09/2020.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23. Ed. Cortez Editora. São Paulo, 2007.